



A AGENDA CNI: Um projeto para o Brasil?

Amanda de Oliveira¹, Mariléia Maria da Silva².

¹ Acadêmica da Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Licenciatura em História, FAED.
Bolsista PROBIC/UDESC.

² Orientadora, Departamento de Pedagogia, FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina –
marileiamaria@hotmail.com

Palavras-chave: CNI. Agenda Empresarial. Reforma do Estado.

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objeto o estudo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e seu projeto de educação para a classe trabalhadora. Atualmente é construído pela prof. Dr. Mariléia Maria da Silva e demais membros do grupo de estudos LUTE – Lutas Sociais, Trabalho e Educação.

Conquanto, este relatório configura-se como a segunda parte da investigação sobre as disputas e formulações de políticas públicas pela fração burguesa industrial. Durante os anos de 2017-2018 tínhamos como objeto a FIESC, concluímos naquele momento a análise sobre as propostas eleitorais da entidade apresentados para os pleitos de 2010 e 2014, o resultado desse processo será publicado em revista científica em breve. Porém, nosso estudo em relação a FIESC demonstrou-se com limitações no que tange a relação desta com outros organismos para elaboração das mesmas propostas de políticas educacionais.

Diante disso, optamos em ampliar nossa pesquisa, analisando as formulações da CNI – Confederação Nacional da Indústria, órgão de nível nacional à qual se vincula a FIESC, e que também tem por prática disputar os projetos eleitorais dos candidatos aos cargos no executivo e legislativo.

Sendo assim, ao longo do primeiro semestre de 2019 efetuamos análise sobre o documento “100 Dias de Governo: Brasil 2019”, produzido pela CNI em 2018, e que contém 36 recomendações para alteração de políticas públicas de âmbito nacional, orientando a nova presidência da república. Partindo desta fonte, nosso objetivo consiste em analisar os projetos da fração burguesa industrial, representada pela CNI, para o estado moderno burguês, especialmente em relação aos temas previdência social e segurança pública.

Nesta empreitada tentaremos identificar se a fração industrial influencia as normatizações jurídicas e movimentações do executivo, ou se as novas modificações estatais são apenas coincidentes com o programa industrial haja visto que as diversas frações burguesas têm pautas comuns em determinadas circunstâncias.

Para tanto, como método de nossa pesquisa realizamos três leituras sobre o documento: a primeira, de forma rápida e total, buscando perceber em que consiste o material; em segundo momento produzimos leitura com fichamento, transcrevendo todo o documento na tentativa de encontrar as contradições, objetivos e proposituras; por fim, esmiuçamos cada exigência da CNI, descrevendo se o Estado cumpriu ou não suas solicitações.



Para cumprir a primeira etapa da pesquisa, despendemos bastante tempo de trabalho visto que precisamos nos familiarizar com o documento e compreender suas categorias de análise. Diante disso, não houve tempo suficiente para contrapor essa fonte com outras, para identificar se há rede de articulações intra-burguesas e estatais.

Por suposto, temos a apresentar a este seminário algumas considerações acerca da leitura dos documentos. O **documento analisado** expõe que o momento é propício para realizar as chamadas reformas estruturantes necessárias para inserir o país em um novo ciclo de crescimento. Destaca-se a urgência do Governo Bolsonaro em utilizar ‘seu capital político,’ obtido nas urnas, para efetuar a intervenção ‘firme’ sob os temas: “área fiscal, competitividade, segurança jurídica, segurança pública e desenvolvimento do capital humano.” (CNI, 2018, p.7). Para tanto, a agenda Brasil 2019 foi sintetizada sobre os três pilares: 1 - equilibrar as contas públicas e aumentar a eficiência do Estado; 2 - transformar o ambiente de negócios; e 3 - explorar as fontes de crescimento e de emprego.

Partindo das indicações que o documento nos dá, no próximo período da pesquisa pretendemos analisar os documentos: “Balanço: Agenda da Indústria 100 Dias de Governo Brasil 2019” (CNI, abril de 2019); a notícia “Cem Dias do Governo Bolsonaro” de Malu Delgado, do jornal Valor Econômico, de 10/04/2019 (representante e propagandista da burguesia vinculado aos grupo Folha e grupo Globo); a proposta de reforma da previdência de Bolsonaro (EC 29/2019) e desdobramentos, e o projeto de segurança pública apresentado pelo ministro da justiça, Sérgio Moro, PL 881/2019, PL 882/2019 e PLP 38/2019. Além do exame destes documentos e o confronto com a fonte primária, buscaremos estar atentos com as análises de conjuntura realizadas pela CNI e seus assessores para tentarmos identificar se há um imbricamento real desta fração com o estado, e se seu projeto está sendo contemplado pelo atual governo.

Por final, a escolha de estudar segurança pública e previdência social, enquanto temas dentro dos documentos, se deu pelas recentes movimentações do executivo e legislativo em alterar de forma profunda tais legislações. Assim como, o enfoque que a confederação dá aos assuntos ao longo do texto. Agregando a estas considerações, nutrimos grande curiosidade em compreender o impacto de tais políticas para a classe trabalhadora em tempos que se arrasta a crise do capital.